

## Reportagem Especial

## DE VOLTA AO DEBATE

## Liberação de agrotóxico

Deputado promete retirar de votação, prevista para hoje na Assembleia, proposta para liberar uso de substâncias proibidas

NESTOR TIPA JÚNIOR

Quase 30 anos após a aprovação de uma das regras mais rígidas do Brasil sobre o uso de agrotóxicos, uma proposta de mudança da legislação reacendeu o sinal de alerta dos gaúchos sobre o tema.

Depois da pressão de associações e entidades de defesa do ambiente, o projeto, que estava previsto para ser votado hoje, deve ser retirado da pauta e passar por um novo debate.

Se aprovada a sugestão de alteração na legislação instituída em 22 de dezembro de 1982, produtos proibidos de entrar no Estado poderiam voltar a ser vendidos no Rio Grande do Sul. Na justificativa apresentada pelo autor da proposta, deputado Ronaldo Santini (PTB), o objetivo é "corrigir uma incorreção da lei gaúcha, que tem causado sérios problemas à agricultura do Estado". A principal alegação citada pelo parlamentar é que o produto é liberado nos demais Estados e os agricultores do Rio Grande do Sul perdem em competitividade na produção agrícola.

Assustado com a repercussão negativa, Santini, que não tem ligações com o setor do agronegócio, decidiu recuar e retirou a proposta da pauta de votação.

– Não é uma causa minha, não é um tema que eu seja um apaixonado. Vou retirar da pauta e pronto. Deixa para lá este assunto – enfatiza.

Santini diz que entrou no assunto após conversa com os deputados federais gaúchos Renato Molling (PP) e Paulo Pimenta (PT).

– Quando era líder da bancada gaúcha no Congresso, ano passado, recebi a reivindicação de cooperativas e representantes de revendedoras de agroquímicos pedindo para que a lei fosse adequada com a de todo o país – conta Pimenta.

Contrário à mudança na lei, o líder da bancada do PT na Assembleia, deputado Edegar Pretto, diz

que os parlamentares do partido estarão atentos a novas tentativas de inclusão da proposta na pauta de votação. O motivo do alerta foi a aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça em 11 de setembro, que teve nove votos favoráveis e dois contrários.

Procurado por Zero Hora, o deputado federal Renato Molling não respondeu ao contato feito com o gabinete.

### Mobilização contrária avança nas redes sociais

A partir da aprovação do projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, entidades e associações começaram a mobilização para derrubar o projeto. A primeira entidade a enviar carta aos deputados contra a mudança foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). O documento questionou os interesses dos parlamentares sobre a proposta.

– Nos causou surpresa a volta deste tema para o Legislativo, pois esta é uma lei consolidada no Rio Grande do Sul. Seria um retrocesso uma mudança neste momento – ressalta a vice-presidente da Agapan, Sandra Ribeiro.

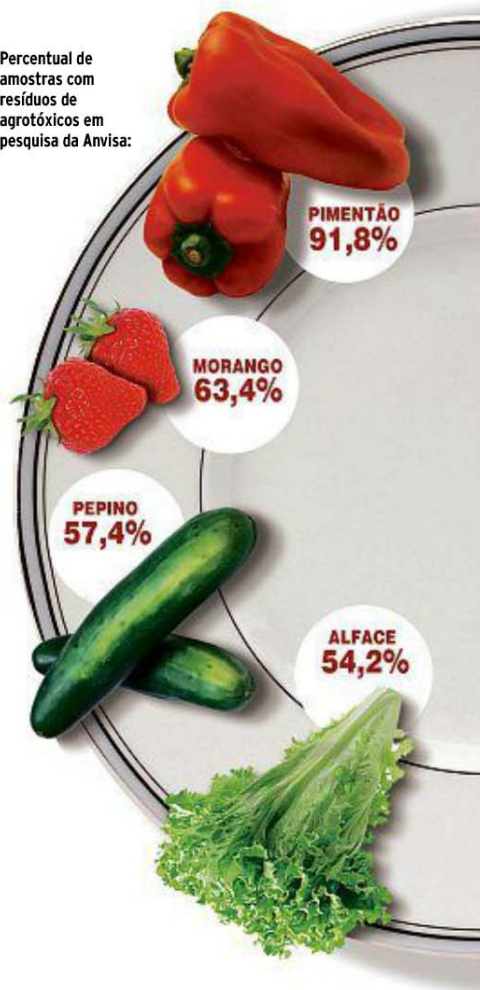
Na sequência uma série de manifestos foram lançados por outros movimentos sociais contrários à modificação da lei de 1982. A internet foi também utilizada na campanha para organizar petições e manifestações.

– Pela rede, tivemos a vantagem de mostrar nossos argumentos e abrir para discussão da sociedade o tema daquilo que a população consome e os males dos agrotóxicos – avalia Anelise De Carli, ativista da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, organizada por diferentes movimentos sociais brasileiros.

Mesmo com a retirada do projeto pelo deputado Santini, o grupo decidiu manter manifestação marcada para hoje, às 11h em frente à Assembleia, em Porto Alegre. O objetivo é manter a vigilância sobre os líderes de bancada que estarão em reunião durante a manhã.

nestor.junior@zerohora.com.br

Percentual de amostras com resíduos de agrotóxicos em pesquisa da Anvisa:



## Cronologia do recuo

### Manhã de ontem

• **No programa** Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha, os apresentadores do programa fizeram cobranças sobre os motivos da mudança da lei e pediram explicações ao deputado Ronaldo Santini.

• **Nas redes** sociais, começa mobilização contrária à proposta de mudança na legislação



### Na Assembleia

• **Na votação** na Comissão de Constituição e Justiça, em 11 de setembro, a votação favorável foi maciça:

**CONTRÁRIOS**  
Edegar Pretto (PT)  
Raul Pont (PT)

**FAVORÁVEIS**  
Edson Brum (PMDB)  
Heitor Schuch (PSB)  
João Fischer (PP)  
Lucas Redecker (PSDB)  
Marco Alba (PMDB)  
Paulo Azeredo (PDT)  
Pedro Westphalen (PP)  
Raul Carrion (PC do B)  
Ronaldo Santini (PTB)

### À tarde

• **No Gaúcha Repórter**, na Rádio Gaúcha, Santini anuncia que vai retirar o projeto da Assembleia.

• **Em e-mail** enviado à imprensa, o deputado explica que a ideia era igualar, em relação a outros Estados, o acesso dos produtores gaúchos aos agrotóxicos.



## Antes e depois

### O QUE PODERIA MUDAR

• **Caso a lei** atual fosse modificada, poderiam ser comercializados no Estado agrotóxicos com princípios ativos suspeitos de danos à saúde e ao ambiente, à venda no restante do Brasil.

### POSSÍVEIS DANOS À SAÚDE

• **Parationa metilica** é um inseticida que, segundo a Anvisa, tem efeitos tóxicos para os sistemas nervoso e imunológico, pode levar a mutações genéticas e afeta o desenvolvimento de embriões e fetos, além de gerar desordens psiquiátricas. É proibido, por exemplo, na Europa e China.

• **Paraquat** é um herbicida considerado altamente tóxico para seres humanos, causando transtornos respiratórios. É proibido na Europa.



# murcha no pé

## ENTREVISTA

Ronaldo Santini Deputado estadual

### “Deixa para lá este assunto”



No Interior, o deputado Ronaldo Santini recebeu a repercussão negativa da proposta para mudança na lei dos agrotóxicos. Confira entrevista a ZH.

**Zero Hora** – Por que o senhor decidiu recuar na apresentação do projeto para mudar a lei?

**Ronaldo Santini** – Fiquei surpreso com a reação em cima dele. E não é um tema que eu seja um apaixonado, não está nas minhas causas.

**ZH** – Se não é sua causa, quem lhe recomendou entrar nesse tema?

**Santini** – Foi me apresentada a sugestão, pensei que poderia ajudar, mas vou retirar da pauta e pronto. Deixa para lá este assunto.

## OLHAR DO CAMPO

Irineu Guarnier Filho irineu.guarnier@canalrural.com.br

### Redes sociais

Tenho repetido com alguma insistência que, com a emergência de uma nova consciência ecológica e o advento das redes sociais, ficará cada vez mais difícil sustentar modelos de produção agrícola baseados no uso intensivo de agroquímicos. O recuo na tentativa de flexibilização da lei que normatiza o uso de agroquímicos no Estado, provocado pela pressão de consumidores nas redes sociais, mostrou que uma parte da população

está vigilante. Já não se mexe em uma legislação tão importante valendo-se da apatia geral. Atento a essa nova tendência, o governo federal lançou, em agosto, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê uma Câmara Interministerial e uma Comissão Nacional para cuidar do setor. São sinais desses novos tempos. Quem não souber entendê-los pode enfrentar problemas de mercado para seus produtos mais adiante.

## Avaliação de substâncias é lenta no país

CAIO CIGANA

Apesar de o cerco aos agrotóxicos suspeitos de serem nocivos à saúde humana e ao ambiente ter apertado nos últimos anos, o Brasil é lento na reavaliação de produtos com registro antigo e proibidos em outros países. Em 2008, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciou a análise de 14 ingredientes ativos, mas até agora foram finalizados apenas cinco processos, com quatro decisões pelo banimento.

Para Álvaro Ávila do Nascimento Inácio, chefe da divisão de fiscalização de agrotóxicos do Ministério da Agricultura, a maior parte dos produtos questionados já tem restrições em outros países, mas deficiências como falta de pessoal nos órgãos responsáveis tornam a investigação morosa no Brasil.

– O processo de reavaliação é muito oneroso e lento. Demanda vários estudos. Além disso, envolve ações judiciais e interesses econômicos. Já se vão cinco anos e não conseguimos finalizar a lista – diz Inácio.

Segundo o especialista, em regra, o Brasil só age após comprovar problemas em outros países:

– A gente não parte na frente. Vai a reboque.

O secretário estadual do Meio Ambiente, Helio Corbellini, considera “absurda” a proposta de mudança da legislação gaúcha. A lei atual impede a comercialização no Estado de produtos que tenham como princípio ativo o paraquate, ainda sob avaliação da Anvisa. Considerado altamente tóxico, o ingrediente é proibido na União Europeia, mas existe a suspeita de estar sendo empregado ilegalmente no Rio Grande do Sul.

caio.cigana@zerohora.com.br



CENOURA  
49,6%

ABACAXI  
32,8%

BETERRABA  
32,6%

COUVE  
31,9%

## O melhor clima está na Frigelar.



Conquiste o seu conforto. Ar-condicionado das melhores marcas, com instalação segura e projetos para ambientes residenciais e comerciais você encontra na Frigelar — desde 1966 junto a você.

consul  
Partindo em 1962  
Electrolux  
SAMSUNG  
Carrier  
Turn to the Experts  
BRASTEAM  
FUJITSU  
Panasonic  
tudo em  
10 vezes  
no cartão



**FRIGELAR**  
junto a você

Porto Alegre: 51 3314.8977

Interior: 51 3304.8999

Av. Pernambuco, 2285

www.frigelar.com.br